

A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: O CASO DE LUCÉLIA/SP

Aline Olegario

Laura Caroline Silva Modanez

Douglas Aparecido de Mello Fabri

RESUMO: Este trabalho objetiva analisar a influência das políticas públicas no desenvolvimento da atividade turística nos municípios do interior paulista, uma vez que com a criação de uma nova Lei Complementar Nº 1.261/2015, de 29 de Abril de 2015 do Governo do Estado de São Paulo estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico, fazendo que os municípios do interior paulista passaram a criar um novo olhar sobre a atividade turística e sua importância para toda a comunidade. Deste modo, o poder público deve trabalhar políticas públicas específicas voltadas para a harmonização dos interesses envolvidos nas diversas esferas da sociedade.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Turismo; Lucélia/SP.

ABSTRACT: This work aims to analyze the influence of public policies on the development of tourism in the municipalities of São Paulo, since the creation of a new Complementary Law No. 1,261 / 2015 of 29 April 2015 the Government of the State of São Paulo establish conditions and requirements for classification Resorts and tourist interest municipalities, making municipalities of São Paulo started to create a new look on tourism and its importance for the whole community. Thus, the government should work specific public policies for the harmonization of the interests involved in the various spheres of society.

Keywords: Public Policy; Tourism; Lucélia/SP.

INTRODUÇÃO

O turismo, considerada uma das principais atividades econômicas, pode ser entendido como um fenômeno essencial para o desenvolvimento de qualquer localidade. Nos últimos anos, nota-se a crescente evolução e reconhecimento da atividade turística como fator que causa desenvolvimento local onde é inserida, porém nem sempre foi assim, em 1994 foi o ano em que o turismo ganha mais visibilidade no Brasil, graças à criação de alguns programas de incentivo a regionalização e municipalização do turismo como atividade de desenvolvimento (BRASIL, 2003).

Com isso a atividade turística ganha força no país, pois além de ser considerado fator de desenvolvimento também se bem organizado, promove a sustentabilidade de seus atrativos e seus recursos naturais. Assim muitos estados e municípios ampliam sua visão sobre o turismo, e com intuito de se desenvolverem, criam leis de incentivo para o planejamento e ordenação da atividade, onde o turismo possa ser explorado de forma consciente e interligado, para que todos os empreendimentos, órgãos e cidadãos do município possam usufruir deste modelo de desenvolvimento.

Com isso surge o interesse dos órgãos públicos pelo desenvolvimento do turismo, que apresenta-se como uma indústria onde sua principal matéria prima são os atrativos locais. Quando bem planejado o turismo torna-se fundamental também no resgate de toda a história da comunidade, além de conciliar o fluxo econômico com a preservação do meio ambiente, provendo desta forma um turismo de maneira sustentável.

Com essa visão o Estado de São Paulo começa a estabelecer a criação de novos programas de desenvolvimento para esta atividade para alguns municípios, que além de gerar emprego e renda a comunidade, fortalece a economia de todos os municípios envolvidos, por meio do desenvolvimento endógeno.

Diante das perspectivas apresentadas pelo governo do Estado, este trabalho objetiva analisar a influência das políticas públicas no desenvolvimento da atividade turística nos municípios do interior paulista, uma vez que com a criação de uma nova Lei Complementar Nº 1.261/2015, de 29 de Abril de 2015 do Governo do Estado de São Paulo estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico, possibilitando que novos municípios começassem a ter uma nova visão da atividade turística como importante fator que gera desenvolvimento em seus municípios.

A Lei Complementar 1.261/2015 estabelece condições indispensáveis e cumulativas para a classificação de municípios, sendo elas: A inventariação de todos os seus recursos naturais e culturais, além de toda sua infraestrutura; Uma pesquisa de demanda turística compilados no Plano Diretor de Turismo (PDT), entre outros, os municípios que apresentam os critérios estabelecidos tem grande potencial em conseguir um auxílio do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias

(DADE), contribuindo para a execução de projetos turísticos e desenvolvimento do turismo no município.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

As Políticas Públicas são um conjunto de decisões, planos, metas e ações governamentais, a nível nacional, estadual ou municipal voltados para solucionar problemas de um determinado setor de interesse público. O setor de turismo tem chamado à atenção no cenário mundial devido ao elevado crescimento de suas atividades turísticas pelo globo. Ao longo do século XX, o desenvolvimento estrutural da atividade sofreu um intenso crescimento no país devido ao fato do Brasil possuir um vasto território e um meio ambiente rico em diversidades. Porém, até a década de 1990, era muito caro viajar pelo Brasil, as viagens eram restritas a pessoas de maior poder aquisitivo. As passagens tinham preços bastante elevados e a maior parte dos destinos turísticos não oferecia preços competitivos e estrutura de qualidade perante o mercado internacional (BARRETO; BURGOS; FRENKEL, 2003).

A partir do século XXI, esse cenário começou a mudar. Com o aquecimento da economia, mais brasileiros começaram a viajar e o turismo no País começou a impulsionar a atividade. Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo, iniciou-se a construção de uma Política Nacional de Turismo. A partir desse período, o Instituto Brasileiro de Turismo, mais conhecido como Embratur, reorganizou sua estrutura e orientou seus esforços exclusivamente para o mercado internacional, com o desafio de cuidar da Promoção do Destino Brasil no exterior (BRASIL, 2003).

O aumento deste setor também provém do fato do indivíduo estar dando maior importância ao seu tempo livre para se desvincular de suas atividades rotineiras do dia a dia. A atividade turística constitui um investimento gerador do processo de ramificar a economia das regiões onde se instala e investir no turismo passa a ser uma poderosa alternativa para municípios que buscam o desenvolvimento.

Deste modo, tais aspectos contribuiriam para o surgimento de outros equipamentos ligados ao turismo que se tornaram indispensáveis para o

crescimento do setor, como a hospedagem, transporte, alimentação, agenciamento, trabalho de intérprete e tradutor, guias turísticos, organização de eventos, entretenimento, entre outros. São muitas empresas e profissionais envolvidos, diversas interações e etapas a serem percorridas, tornando a atividade bem mais complexa e de difícil mensuração.

Os Mega eventos sediados no país, como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016) trouxeram a perspectiva de uma melhoria para o setor, em virtude de todo planejamento e da instalação de infraestruturas necessárias para o acontecimento dos mesmos. O Brasil ainda está caminhando para um melhor desenvolvimento turístico. Suas atividades precisam ser avaliadas e planejadas de forma que possam competir por igual com outros países que, por questão de gestão e profissionalismo, estão no patamar dos países mais requisitados turisticamente.

O turismo como podemos observar, é um fenômeno social que só ocorre em uma comunidade em ação, sendo uma consequência do progresso da mesma. O turismo é atingido por condicionantes geográficas, culturais, políticas e econômicas, em âmbito nacional e internacional. A maioria dos impactos negativos atribuídos ao turismo pelos geógrafos, antropólogos e ambientalistas deve-se à falta de políticas para prevenir os problemas encontrados.

Deste modo, decidir sobre qual segmento do turismo será desenvolvido, verificar os tipos de empregos gerados, avaliar os custos sociais atribuídos ao turismo, e outros aspectos ligados à implementação da atividade turística, são atribuições do poder público. O planejamento racional do turismo implica a existência de políticas públicas: do saneamento, saúde, transporte, de proteção ao consumidor, de distribuição de renda. Este tipo de planejamento exige, geralmente, objetivos de médio e longo prazos, e imposição de limites às áreas de atuação e ao lucro imediato, o que é inaceitável para os capitais que operam nessas áreas de negócios.

A IMPORTÂNCIA DO TURISMO PARA LUCÉLIA

O turismo apresenta um papel muito importante na localidade onde é estabelecido, uma vez que sua atividade gera emprego e renda, fortalecendo a

economia do município e também contribui para o desenvolvimento sustentável no município, atrelando a economia, a sustentabilidade e a sociedade.

Em um município, não explorado turisticamente, pode ser feito um planejamento do que pode ser implantado na cidade, usando dos potenciais já existentes como rios, lagos, serras, morros, cachoeiras, prédios históricos, igrejas, artefatos locais, cultura, gastronomia ou verificando as possibilidades de se criar atrativos artificiais como parques, trilhas, festas culturais e gastronômicas.

Para a concretização do planejamento dos possíveis atrativos, a participação do governo municipal é fundamental, uma vez que este será o responsável pela infraestrutura básica necessária para o desenvolvimento do plano diretor de turismo, além de oferecer os subsídios para que a população se envolva no projeto com a instalação de hotéis, restaurantes, revitalização do comércio, entretenimentos (superestrutura) e que possam participar de treinamentos para uma boa recepção dos futuros visitantes.

Deve-se ainda questionar, quais são os tipos de atividades realizadas, qual o tipo de visitante que participa dessas atividades, quem visita os patrimônios da cidade, a percepção do turista e o que os motiva a irem conhecer o município, o quanto essas atividades empregam as pessoas a proporção da influência econômica que essas atividades gerarão.

Visando que a atividade turística pode constituir um investimento inicial gerador do processo interligado a economia local, e por extensão, regional. É com esta ideia que, investir no Turismo é uma alternativa positiva para os municípios que buscam saída para complementar sua economia e fazer com que haja desenvolvimento da cidade também a partir do turismo.

Lucélia Situada a 586 quilômetros de distância da capital paulista. O território municipal limita-se com as cidades de Adamantina, Bento de Abreu, Rubiácea, Salmourão, Inúbia Paulista, Sagre, Pracinha e Mariápolis. A hidrografia assinala a presença do Rio Aguapeí, Rio do Peixe e do Ribeirão do Pavão.

Em 1914 foi iniciado um trabalho de demarcação de terras na região oeste do estado de São Paulo, na qual está localizada Lucélia, onde foi concluído em 1918. Após a demarcação das terras, iniciou-se a colonização dessa região em 1927, onde se instalaram imigrantes, russos e eslavos em duas principais fazendas

da região, Fazenda Baliza e Fazenda Santa Cecília. Em 1929 foi construído o primeiro rancho, em um determinado local, que recebeu o nome de “Zona da Mata”, origem da atual cidade de Lucélia, com cerca de 12 casas, cemitério e algumas chácaras, quando a venda de lotes do novo povoado foi feita pela CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização).

Já em 1939, o Doutor Mesquita fundou um vilarejo que recebeu o nome de Lucélia, formada pelas sílabas do nome do fundador, Luiz Ferraz de Mesquita, e sua esposa, Cecília Mendes de Mesquita. Que futuramente se deu a fundação de Lucélia, cujas terras pertenciam às comarcas de Araçatuba, Guararapes, Martinópolis, Tupã e Valparaíso. Em 1944 Lucélia foi elevada à categoria do Distrito de Paz, Município e Comarca, pelo Decreto-Lei Nº 14.334, de 30 de novembro de 1944.

A base econômica sempre foi à agricultura, em um território formado por pequenas, médias e grandes propriedades, com grande destaque para a produção de café, amendoim e algodão, o que impulsionou o setor, fazendo se estabelecer na cidade uma grande estrutura para processamento e armazenamento dessa produção. O cenário econômico mudou a partir dos anos 70, com o ingresso da pecuária no campo.

A partir dos anos 80, com o lançamento do Proálcool, do governo federal, que estimulou o plantio de cana-de-açúcar para a produção de álcool combustível, essa atividade econômica se estabeleceu na cidade, e se tornou um marco econômico local e regional. Em torno da indústria de bioenergia, estabeleceu-se uma ampla cadeia de setores secundários, que empregaram muitos trabalhadores e movimentaram a economia local, o fato foi determinante para a atividade econômica da cidade, com reflexos diretos em todos os setores do Município.

Durante muito tempo o município de Lucélia focou em duas grandes fontes de base econômica para o município, a agricultura e indústria, porém hoje com essa nova visão da atividade turística, o município abre margem a novas oportunidades de geração de emprego e renda a seus munícipes.

No município de Lucélia o turismo além de gerar empregos e fortalece a renda, ele se torna um elemento fundamental para o resgate cultural na cidade, uma vez que o mesmo apresenta um Patrimônio Histórico Cultural muito rico, porém

pouco explorado, e pouco reconhecido pelos próprios moradores. E a partir das mudanças nas políticas públicas do Estado de São Paulo referente às Estâncias Turísticas e os Municípios de Interesse Turístico (MIT), nota-se a crescente procura desses municípios por atenderem as exigências acordadas na lei 1.261/2015. E a partir destas mudanças foi possível notar que as mesmas foram significativas para que o município de Lucélia começasse a trabalhar a questão do planejamento do Turismo em sua localidade.

Para a concretização do planejamento dos possíveis atrativos, a participação do governo municipal é fundamental, uma vez que este será o responsável pela infraestrutura básica necessária para o desenvolvimento do plano, além de oferecer os subsídios para que a população se envolva no projeto com a instalação de hotéis, restaurantes, revitalização do comércio, entretenimentos (superestrutura) e que possam participar de treinamentos para uma boa recepção dos futuros visitantes.

Ressalta-se também a importância da População local na participação do planejamento, tendo em vista que a mesma é integrante do município onde se pretende desenvolver tal atividade, e como tal tem o direito e o dever de opinar e sugerir sobre o que será feito em seu município neste âmbito, tornando o planejamento do turismo participativo, onde a atividade trará benefícios para ambos os lados.

O resultado de um plano de desenvolvimento turístico é menos imediato que o resultado visto na indústria tradicional, no entanto existe a vantagem da consolidação econômica uma vez que se torna independente dos setores tradicionais e que podem ser influenciados por uma macroeconomia negativa em virtude de fatores externos à localidade. O turismo se planejado se faz presente de modo perene e sua consolidação se dá em longo prazo, trazendo benefícios gerados tanto ao empresário de grande porte, quanto ao artesão ou ao pequeno agricultor que poderá ter mais uma fonte de renda por meio do turismo; trata-se de benefícios tanto de ordem social quanto econômica. É importante salientar que a participação da comunidade e da sociedade em geral é o que irá tornar o turismo uma atividade motora do desenvolvimento o que trará maiores benefícios ao município.

POLÍTICAS PÚBLICAS EM LUCÉLIA/SP

O turismo vem se consolidando como uma das mais importantes atividades econômicas da atualidade. Capaz de estimular a economia, gerando emprego e renda, melhoria na infraestrutura municipal, atração de investimentos do setor público e privado, e qualificação dos serviços prestados.

A atividade turística vem confirmando ao longo dos anos, seu viés desenvolvimentista e seu potencial em promover melhorias socioeconômicas significativas para os locais que efetivamente a adotam como alternativa.

O poder público deve trabalhar políticas públicas específicas voltadas para harmonização dos interesses, a organização de investimentos, o planejamento e execução de projetos no setor turístico, entre outros, mas sempre com a prerrogativa de trazer benefícios para a coletividade.

O estado de São Paulo ao ampliar a abrangência de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do Turismo no Estado, despertou nos municípios um interesse em entender o que é de fato a atividade turística e quais os benefícios de sua implementação. Com a criação da Lei Complementar nº 1.261/2015, o Estado passou a gerar uma “competição” saudável entre os municípios do estado, que se pleiteado como Município de Interesse Turístico recebe um investimento financeiro para desenvolver a atividade no município e com as melhorias pode alcançar o título de Estâncias Turísticas.

Desta forma percebemos aqui a importâncias dos órgãos públicos em criar leis de incentivo e preservação ao turismo, para que a atividade ocorra de forma planejada e sustentável, além de proporcionar um novo impulso a este nicho de atuação aos turismólogos, uma vez que para elaboração dos documentos exigidos é necessário que os mesmos sejam realizados por profissionais da área, e com isso evidencia-se também a importância de um profissional capacitado que atue no setor turístico do município.

Com a elaboração do Diagnóstico Turístico do Município de Lucélia foi possível identificar aspectos positivos e negativos que o município apresentava para implementação da atividade turística. Dos pontos positivos identificados destaca-se: Patrimônio Cultural presente no município; Ser intitulada como a capital da amizade;

Os recursos culturais identificados no município apresentam-se como diferenciais quando falamos da atividade turística, pois podem caracterizar um público diferenciado. Dentre os problemas estruturais destacava-se: Pouco reconhecimento e participação da Comunidade na atividade; Falta de Política integrada; Pouca oferta de recursos humanos qualificados para atendimento aos visitantes; Falta de incentivo e financiamento para o setor; Necessidade de implantação de legislação específica para locais/zonas de interesse turístico.

Após a realização do Diagnóstico Turístico, onde no mesmo foram apontadas algumas medidas necessárias para estruturação da atividade turística, como: A criação de um calendário oficial de eventos; A instalação do Centro de Informação Turística (CIT); A ativação da Secretaria de Turismo Municipal e a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Lucélia. A partir de então o município passou a se planejar de forma efetiva para o turismo, criando o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), criando uma Diretoria de Turismo e iniciando a execução do Plano Diretor de Turismo Municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância das políticas públicas no desenvolvimento do turismo, uma vez que as mesmas norteiam ações a serem desenvolvidas pelos municípios que desejam trabalhar com a implementação da atividade turística. No turismo, o papel das políticas públicas deve ser o de propiciar o desenvolvimento harmonioso dessa atividade. Compete aos órgãos públicos construir a infraestrutura de acesso e a infraestrutura básica urbana e dispor de uma estrutura jurídico-administrativo cujo papel será planejar e controlar os investimentos que o estado realiza, permitindo dessa forma o desenvolvimento da iniciativa privada que é encarregada de construir os equipamentos e prestar os serviços, retornando os investimentos em formas de benefícios para toda a sociedade evolvida.

O turismo pode ser uma importante ferramenta de desenvolvimento, incluindo elementos ligados à economia, à melhoria de infraestrutura, à valorização da cultura local, à troca de experiências entre moradores e turistas, entre outros benefícios. Contudo, assim como diversas atividades, o turismo também apresenta

dificuldades. Assim sendo, pode trazer impactos negativos e problemas no local onde se envolve, tais como deterioração da qualidade ambiental, de uma área a ser construída. Outra dificuldade encontrada é a necessidade de lidar com interesses de diferentes grupos sociais (moradores, funcionários, empresários), tendo cada um suas necessidades, podendo gerar uma competição improdutivo ao invés de um trabalho integrado que busque atender a necessidade de todos e a melhoria da cidade.

Deste modo, o poder público deve trabalhar políticas públicas específicas voltadas para a harmonização dos interesses envolvidos nas diversas organizações. Desta forma identificamos que quando há a existência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo, as mesmas acabam por influenciar positivamente toda sociedade envolvida, uma vez que a mesma permite que os indivíduos passem a mudar o seu olhar e entender a concepção da atividade turística.

No estado de São Paulo, após a criação da Lei Complementar nº 1.261/2015, além de investir nas 70 estâncias turísticas já existentes, criaram a categoria de Municípios de Interesse Turístico que possibilitará a 140 municípios receberem auxílio do DADE para fomentar a atividade turística em seus respectivos municípios. Com essas medidas, o Estado de São Paulo amplia a abrangência de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no Estado por meio de um fundo constitucional. São mais de um milhão de empregos diretos e mais de dois milhões indiretos atualmente em solo paulista, que movimenta até 56 setores da economia.

Conclui-se que a implantação de políticas públicas de turismo é uma diretriz condicionante para o desenvolvimento turístico em qualquer localidade, no momento que se articula políticas setoriais, relacionando-as com os interesses da indústria turística. Pois o turismo é visto como um promotor de melhorias na distribuição de renda, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável e local, quando trabalhado nos pilares sociais, locais, políticos, privados e ambiental. Mas cabe aos governantes, setores privado, comunidade e órgãos institucionais de turismo, determinar prioridades no que concerne o termo desenvolvimento, de forma que ocorra a contribuição eficaz das políticas públicas de turismo.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Estado). Lei Complementar nº 1.261/2015, de 29 de abril de 2015. Lei Complementar Nº 1.261, de 29 de Abril de 2015: Projeto de Lei Complementar nº 32/12, do Deputado João Caraméz - PSDB, e outros. São Paulo, SP, Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

BARBOSA, Luiz Gustavo (Org). **Observatório de Inovação do Turismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BARRETTO, Margarita; BURGOS, Raúl; FRENKEL, David. **Turismo, Políticas Públicas e Relações Internacionais**. Campinas-SP: Papyrus, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: Diretrizes, Metas e Programas – 2003/2007**. Brasília, 2003.

MARQUES, Caroline (Org). **Turismo: Múltiplos Olhares, Novos Desafios**. Recife, PE: Carpe Diem Edições e Produções, 2013.

RUSCHMANN, M. V. Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável**. Campinas: Papyrus, 2004.

SÃO PAULO. Portal do Governo do Estado. **Governo de SP cria projeto de lei para reforçar turismo no estado**. 2015. Disponível em: <<http://saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia2.php?id=242999>>. Acesso em: 22 out. 2015.